

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

BREVE BALANÇO

SENADORA MARINOR BRITO (PSOL-PARÁ)

PRELIMINARES

- Em janeiro de 2001 foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei nº 10.172, que institui o Plano Nacional de Educação.
- Esta lei estabeleceu as diretrizes e as metas que deveriam ser efetivadas pelo Estado Brasileiro no decorrer de dez anos, para todas as etapas e modalidades da educação, seja ela pública, privada ou comunitária

PRELIMINARES

- Sua aprovação foi fruto de intensa disputa política entre projeto apresentado pelo governo federal versus projeto da sociedade civil.
- E foi marcado por vetos importantes ao seu texto, especialmente nas metas que envolviam elevação dos gastos públicos em educação.

BALANÇO

- Passados dez anos o balanço não é muito positivo. Apenas um terço das metas foram cumpridas.
- Infelizmente o plano não serviu de referência para as ações governamentais, mesmo que estas tenham contribuído para melhorar os indicadores educacionais.

BALANÇO

- A maioria das metas não foi alcançada.
- E os indicadores mostram que o acesso e a permanência na educação continua tendo um forte componente de desigualdade de renda, de raça e também regional.
- Os mais pobres, os que vivem nas regiões Norte e Nordeste e os negros são os mais excluídos.

EDUCAÇÃO BÁSICA

- Foi no Ensino Fundamental que mais ocorreram avanços. Em 2009 tínhamos 97,8% das crianças de seis a quatorze anos estudando.
- Na faixa etária de quatro e cinco anos este percentual alcançou 74,8%.
- Em 2009 ainda tínhamos 1 milhão e 419 mil crianças de quatro e cinco anos fora da escola.

EDUCAÇÃO BÁSICA

- Os avanços no atendimento em creche foram muito pequenos. Em 2009 apenas 18,4% das crianças de zero a três anos estudavam.
- Apenas 11,8% dos pobres conseguem acessar este direito. Na área rural apenas 8,8% freqüentam uma creche e no Norte este atendimento cobre apenas 8% da população na faixa etária.

EDUCAÇÃO BÁSICA

- Temos 85,2% dos jovens (15 a 17 anos) na escola, mas apenas 50,9% estão no ensino médio. O mais grave é que apenas 31,3% dos mais pobres conseguem esta façanha.
- Apenas 43,5% dos jovens negros chegam nesta idade ao ensino médio.
- E no Norte apenas 39,1%.

EDUCAÇÃO BÁSICA

- O brasileiro consegue concluir 7,5 anos de estudos em média ao completar 15 anos de idade (em 2001 eram 6,3).
- Na área rural esta média de anos de estudo é de apenas 4,8.
- E os negros conseguem apenas 6,7 anos (contra 8,4 anos dos brancos).
- Os mais pobres chegam a 5 anos apenas (contra 10,4 dos ricos).

EDUCAÇÃO BÁSICA

- O Brasil não conseguiu erradicar o analfabetismo.
- Em 2009 tínhamos ainda 9,7% da população maior que 15 anos nesta situação.
- A pior situação é a do Nordeste (18,7%), da área rural (22,8%) e dos pobres (19%).
- Neste ritmo levaremos mais duas décadas para resolver o problema.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

- Dentre os jovens de 18 a 24 anos, a PNAD 2009 mostrou que 30,3% estão estudando, mas apenas 14,4% estão no ensino superior.
- 52,7% dos jovens ricos chegam ao ensino superior na idade correta, mas apenas 7,9% dos pobres conseguem igual proeza.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

- Dentre os negros este percentual é de 8,3% e na área rural brasileira apenas 4,3% dos jovens desta faixa etária conseguem uma vaga.
- As matrículas no ensino superior são majoritariamente privadas.

QUALIDADE

- ⦿ A qualidade está muito distante do desejável em nosso país.
- ⦿ A média esperada de conclusão ainda é muito baixa. De cada 100 alunos apenas 53,8 vão concluir o ensino fundamental e apenas 66,6 vão terminar o ensino médio.
- ⦿ As notas do SAEB são muito baixas.

PROFESSORES

- Nossos professores ganham em média apenas 65% do valor recebido por outros profissionais com igual formação.
- Pelos dados de 2009, na educação básica, ainda tínhamos 32% de docentes sem nível superior.
- Nas creches este percentual era de 52%.

PROFESSORES

- A recente aprovação da Lei do Piso foi uma importante conquista, mas que ainda não se tornou uma realidade.
- O valor do piso ainda é muito baixo e persistem polêmicas acerca de vários dispositivos da lei.

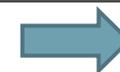
INVESTIMENTO PÚBLICO

- O que menos avançou nestes dez anos foi o investimento público em educação.
- Em 2000 o setor público aplicava 3,9% do PIB com educação e os dados de 2009 mostram que chegamos a 5%.
- A Lei do PNE anterior, votada pelo Congresso, estabeleceu 7%, mas este dispositivo foi vetado.

Percentual do Investimento Público Direto em Relação ao PIB

Ano	Níveis de Ensino						
	Total	Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior
				De 1ª a 4ª Séries ou Anos Iniciais	De 5ª a 8ª Séries ou Anos Finais		

2000	3,9	3,2	0,3	1,3	1,1	0,5	0,7
2001	4,0	3,3	0,3	1,3	1,1	0,6	0,7
2002	4,1	3,3	0,3	1,5	1,1	0,4	0,8
2003	3,9	3,2	0,3	1,3	1,0	0,5	0,7
2004	3,9	3,2	0,3	1,3	1,1	0,5	0,7
2005	3,9	3,2	0,3	1,4	1,1	0,4	0,7
2006	4,3	3,6	0,3	1,4	1,3	0,6	0,7
2007	4,5	3,8	0,4	1,5	1,4	0,6	0,7
2008	4,7	4,0	0,4	1,5	1,5	0,7	0,7
2009	5,0	4,2	0,4	1,6	1,6	0,7	0,7



Percentual do Investimento Público Direto em Relação ao PIB

Ano	Esfera de Governo			
	Total	União	Estados e Distrito Federal	Municípios
2000	3,9	0,74	1,66	1,55
2001	4,0	0,76	1,68	1,61
2002	4,1	0,72	1,77	1,60
2003	3,9	0,66	1,62	1,59
2004	3,9	0,62	1,62	1,63
2005	3,9	0,65	1,56	1,68
2006	4,3	0,73	1,84	1,73
2007	4,5	0,80	1,86	1,78
2008	4,7	0,85	2,01	1,87
2009	5,0	 0,98	2,05	1,95

INVESTIMENTO PÚBLICO

- Os recursos aplicados em educação repetem a desigualdade tributária brasileira: quem arrecada mais, gasta menos; quem tem menos recursos está mais sobrecarregado.
- A União participou com 0,98%, os estados com 2,05% e os municípios com 1,95%.

INVESTIMENTO PÚBLICO

- Certamente esta é uma das explicações para que metas e diretrizes não tenham sido cumpridas.
- E mais, o crescimento do investimento é recente, provocado sobretudo pela aprovação do FUNDEB no final de 2006.

DESAFIO

- ⦿ Esta breve exposição visa apenas demonstrar que o país evoluiu em termos educacionais na última década, mas sua evolução foi em ritmo muito lento e aquém do seu potencial.
- ⦿ O desafio é dar um verdadeiro salto de qualidade na próxima década.